

34º Encontro Anual da ANPOCS

ST37 - Violência, criminalidade e justiça criminal no Brasil

Dimensões da Percepção Sobre a Polícia Militar de Minas Gerais pela População de Belo Horizonte

Mateus Rennó Santos

Belo Horizonte, 15 de Setembro de 2010

Dimensões da Percepção Sobre a Polícia Militar de Minas Gerais pela População de Belo Horizonte¹

Mateus Rennó Santos²

RESUMO

Enquanto uma instituição muito presente na vida das pessoas, e extremamente capilarizada ao longo do território não só de Belo Horizonte, mas de todo o Brasil (se não o mundo), todos tem alguma opinião com relação à polícia. Ocorre então que, apesar de a presença dessa opinião ser algo geral, a forma que essa assume, ou mesmo as causas para a existência dessa são de ordens muito distintas.

Saber quais são os elementos que influenciam essa percepção, apesar de ser um objeto já muito tradicional e bem estabelecido nos EUA, não chegaram ainda a ser no Brasil mais minuciosamente analisados. Apesar de haver já uma quantidade razoável de escritos acerca da instituição policial, trabalhos que efetivamente abordam de forma mais objetiva a questão da percepção são demasiando escassos para que se construa um debate mais sólido acerca do tema.

Nesse sentido então, esse trabalho se apresenta no objetivo de aproximar um pouco mais da análise da percepção sobre a polícia para o contexto do Brasil, e mais específico ao de Belo Horizonte, como o intuito assim de fazer uma revisão e uma análise que vão no sentido de elucidar, mesmo que de forma modesta, um pouco mais dessa realidade, dadas as peculiaridades do território estudado.

¹ Agradeço pela colaboração nesse trabalho ao Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/ UFMG) pelo apoio estrutural e humano, por meio dos colegas e do orientador desse trabalho, o prof. Cláudio Chaves Beato Filho, os quais foram de fundamental importância para o desenvolvimento dessa pesquisa.

² Mateus Rennó é atualmente mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais e pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/ UFMG), sediado na mesma instituição.

1 - Introdução

O professor e autor David H. Bayley (2001, p.20) ofereceu em seu livro “Padrões de Policiamento” a definição de polícia que foi utilizada na confecção desta monografia.

“Sempre que a palavra polícia for usada neste livro, ela irá se referir a pessoas autorizadas por um grupo para regular as relações interpessoais dentro deste grupo através da aplicação de força física. Esta definição possui três partes essenciais: força física, uso interno e autorização coletiva”

São então, para este autor, três as características fundamentais e mínimas para que se possa classificar uma organização enquanto polícia: o uso potencial ou real da força física, a autorização por parte de determinada comunidade para que esta instituição aplique esta força e a aplicação interna deste poder. Essa última característica é especificamente útil para se diferenciar a polícia das forças armadas, já que esta também faz uso autorizado da força, mas, neste caso, voltado basicamente a seu uso externo, dada a especialização e a forma de atuação de instituições desta natureza.

Ainda por Bayley (2001), existem também as características que definem não apenas o policiamento, a forma como este existe dentro dos Estados Modernos onde, para além de se distinguir apenas pelo uso autorizado e interno da força física, também se apresenta enquanto público, especializado (no sentido de cuidar exclusivamente da segurança interna) e profissional (no sentido de “agente policial” ter se tornado uma atividade burocratizada, no sentido Weberiano). Nesse formato moderno então, a própria característica essencialmente pública da polícia é em grande medida a origem da autorização que essa dispõe a fim de influenciar de algum modo as relações sociais.

Uma questão se faz relevante dentro dessa definição, e merece ênfase. Grupos, exteriores ao Estado, mas que fazem uso interno da força, além de terem na comunidade que exercem esse poder alguma autorização para isso, seriam eles também “polícia”. Em certo sentido sim, mas de uma natureza distinta da polícia que temos hoje, em sua forma moderna, já que a legitimação da ação dessa polícia não é proveniente de seu caráter público, mas sim da própria comunidade onde ela atua. É claro que esta posição gera

certas discrepâncias. Seria possível, dentro de um mesmo território, a existência de duas forças policiais, uma com sua autorização derivada do Estado e outra da própria comunidade onde ela atua, mas essa última ser vista pela primeira enquanto uma organização criminosa. Não que seja essa uma questão a ser aqui respondida, mas sua problematização pode ser de muito relevância no sentido de elucidar outras questões.

Apesar de ser uma referência fundamental na área, Bayley (2001) não foi o primeiro a dar especial atenção à função e à distribuição do poder de se aplicar a força física dentro das sociedades. Weber (1991) já afirmava que a característica fundamental dos Estados Modernos é seu “monopólio do uso legítimo da força física dentro de um dado território”, sendo assim a característica básica que o define, e que deve estar sempre presente, antes mesmo de se falar da existência de um Estado. Também Hobbes (1983), em seus escritos acerca do contrato social, aduz que este é na realidade um pacto realizado pelos indivíduos, em que eles abrem mão de seu direito de aplicar a força e o transferem ao Estado. A polícia então, vista do ponto de vista desse autor, é uma forma de o Estado exercer este direito abdicado pelos cidadãos.

As polícias então se configuram enquanto instituições às quais o Estado transmite o poder de se aplicar a força física. Mais do que isso, na modernidade, são fundamentais entre todos os órgãos públicos que agem de forma a regular as relações interpessoais.

Para a Polícia Militar em Belo Horizonte não é diferente. Enquanto uma instituição que se enquadra em todas as características colocadas por Bayley e que, assim, facilmente se define enquanto uma polícia, é papel dessa instituição aplicar métodos e instrumentos a fim de regular as relações interpessoais, de modo que ela é então uma instituição de suma importância, não só do ponto de vista macro sociológico, para regular a vida social, mas também na vida singular de cada um dos indivíduos que compõe essa sociedade. Todos tiveram, de forma ou outra e em algum momento de suas vidas, contato de alguma forma com algum policial, em algum momento que esse, fardado e imbuído de todas as prerrogativas de sua posição, exercesse alguma influência direta e indireta sobre determinado indivíduo. É natural então que, acerca de uma instituição com tamanha capilaridade e influência na sociedade, as pessoas tenham opiniões formadas sobre a polícia, sob a forma de elogios, críticas e sugestões. No entanto, é curioso que, apesar de

ser apenas uma instituição, a PMMG em Belo Horizonte seja alvo de tantas opiniões que, mesmo se referindo a um mesmo órgão, se colocam de forma tão distintas.

É exatamente em torno dessa temática que se pretende colocar o trabalho a seguir apresentado. O objetivo geral é então o de, a partir de uma análise de fontes oriundas da própria sociedade civil em Belo Horizonte, identificar quais variáveis, dentre inúmeros fatores colocados ao longo da bibliografia acerca do tema, de fato exercem alguma influência na percepção da população dessa cidade sobre a Polícia Militar, de modo a assim contribuir para o entendimento mais completo de como essa percepção emerge e toma forma nos indivíduos³.

A de se chamar atenção, no entanto, à escolha da percepção apenas acerca da Polícia Militar em específico como objeto, ao passo que existem outras forças policiais, que também enquadram na definição colocada previamente, e que também atuam em Belo Horizonte, a exemplo da Polícia Civil.

A escolha pelo estudo da PM se deu pelo fato de que, ao menos em Belo Horizonte, é essa a força policial atuante que tem a função legal e prática de provir serviços associados ao policiamento ostensivo. Não que este seja o mais “problemático” em termos sociológicos, sendo o único que deva ser alvo de estudos, mas sim porque é essa a atribuição mais diretamente ligada, e dessa forma que influencia de forma mais direta, a vida da sociedade civil, de modo que as percepções sobre organização são bem mais evidentes e claras do que de todas as outras formas de policiamento na capital. Além disso, é em relação a essa organização que a população de Belo Horizonte, ao falar de polícia, está se referindo de forma mais direta.

³ É importante destacar que boa parte dos procedimentos aqui realizados, bem como o tema de pesquisa, foram inspirados no artigo “Percepções da População de Belo Horizonte sobre a Polícia Militar de Minas Gerais”, escrito por PAOLIELLO, Daniela; VIANNA, Iara; RENNÓ, Mateus (também autor dessa monografia); FERREIRA, Rodrigo e GOULART, Tatiana. Apesar da inspiração, no entanto, a própria fonte de dados bem como as análises, procedimentos, resultados e conclusões foram específicos para este trabalho.

2 - Revisão Teórica

Em revisão da literatura internacional acerca do tema, se observa que, apesar de não haver muitos estudos que se destacam sobre a percepção da polícia no Brasil, já desde os anos 30 nos Estados Unidos, com elaborações de autores como Bellman (1935), já havia tentativas de se criar formas de mensuração da qualidade do serviço prestado pela polícia, a partir da perspectiva da população atendida.

Um artigo de destaque para o tema, intitulado “Perception of the Police: Past finds, methodological issue, conceptual issue, and policy implications”, de Bem Broun e Reed Benedict (2002), mostra a relevância que adquiriu o tema dentro do meio acadêmico. Foi realizada por esses autores uma revisão de mais de cem artigos que contribuíram de alguma forma, ao longo dos anos, com o desenvolvimento das discussões acerca da percepção sobre a polícia.

O primeiro ponto colocado por esses autores foi a relevância dos estudos sobre o tema para a sociedade. Decker (1985, apud Broun; Benedict, 2002:545) em suas pesquisas mostra que:

“Cidadãos que estão insatisfeitos com a polícia tem menor tendência a chamar ou provir policiais com informações sobre a atividade criminal. Isso é importante porque estudos mostram que o medo do crime resulta em uma avaliação pior da polícia (e.g. Percy 1986; Reising and Giacomazzi, 1998). É então concebível que uma percepção negativa acerca da policia contribui para um ciclo de redução da eficácia policial, aumento do crime e mais desconfiança para com a polícia. Finalmente, a polícia precisa se preocupar sobre como eles são vistos pelo público, porque eles são servidores públicos.” (Tradução do autor)

O trecho acima aponta assim não apenas para uma necessidade em se estudar e conhecer melhor a percepção sobre a polícia, como também argumento no sentido de haver uma relação direta de causalidade entre medo do crime, avaliação do policiamento e eficácia do atendimento.

Ainda no mesmo trabalho, Broun e Benedict (2002) também levantam a raça enquanto um fator passível de exercer ou não alguma influência sobre a forma das pessoas perceberem a polícia. O que foi mostrado, no entanto, é que sobre esse elemento em específico, os resultados das pesquisas em muito se distanciam. Ao passo que algumas delas efetivamente identificam a raça enquanto um fator com efeito significativo sobre a percepção acerca da polícia, outros estudos chegaram à conclusão oposta, já que não encontraram efeito algum. A explicação que muitos autores aplicaram para explicar essa ausência de efeito foi, no geral, a de que é bem mais uma questão de vizinhança do que estritamente de raça que resulta em uma melhor ou pior imagem da polícia. Ocorre que, no Brasil, mas ainda mais nos Estados Unidos, vizinhanças podem sim ser muito homogêneas do ponto de vista racial, o que poderia levar a uma confusão entre qual das duas efetivamente exercem ou não algum efeito sobre a percepção.

Cao, Frank e Cullen (1996) foram autores que argumentaram nesse sentido de justificar a percepção bem mais pela vizinhança e sua organização, do que de acordo com a raça dos indivíduos. De acordo com eles, quando variáveis acerca da desordem na vizinhança e de segurança coletiva informal são adicionadas em um modelo, cuja variável independente é a confiança na polícia, o efeito da raça acaba por se tornar insignificante. Ocorre então que, para esses autores, o efeito de raça sobre confiança é espúrio, já que esse deriva da correlação entre a raça e a vizinhança, essa última real causa das variações nessa percepção.

Sobre a posição sócio-econômica, o levantamento de Broun e Benedict (2002) mostra que as pesquisas indicam, no geral, que o aumento na renda tende a representar uma redução na qualidade da percepção. Estudos mais recentes, no entanto, colocam que essa relação entre renda e percepção é dependente da raça, já que enquanto pessoas brancas percebem melhor a polícia a medida em que se consulta pessoas de classes sócio-econômicas mais altas, o efeito com os negros é exatamente o inverso, sendo os mais ricos e escolarizados com a pior percepção. Outros resultados ainda mostram que não existe efeito significativo entre esses dois elementos.

A mesma discordância ocorre entre as pesquisas no que se refere ao efeito do gênero, não havendo nenhuma conclusão que se estabeleceu de forma mais rígida nem no

que se refere a existência e nem ao sentido do efeito de gênero na percepção sobre a polícia.

Outro elemento também freqüentemente levantado em pesquisas é o contato com a polícia. A maior parte dos estudos indica que um contato positivo tende a gerar uma percepção positiva, ao passo que um contato negativo tende a gerar efeito no mesmo sentido. Além disso, também se observa que pessoas que nunca tiveram contato algum com a polícia tendem a percebê-la de forma melhor do que aqueles que já recorreram a ele por motivo algum, ou até mesmo que já tiveram de sofrer alguma sanção por parte da mesma.

Chama atenção sobre o tratamento da polícia o fato de que, distinto de todos os outros elementos colocados nessa revisão teórica, há de certa forma um consenso acerca de existência de seu efeito sob a percepção, e do sentido ser igual a qualidade do tratamento. Não se sabe ao certo, no entanto, quais atitudes tendem a ser consideradas enquanto positivas ou negativas pela população (salvo alguns extremos).

Idade é também outra variável que o efeito parece ser quase consensual entre as pesquisas levantadas por Broun e Benedict (2002). De acordo com esses autores, pessoas mais novas tendem a perceber a polícia de forma bem mais negativa, além de normalmente serem mais resistentes ao tratamento recebido pelos policiais., bem como acreditam que ela deva ser menos violenta no controle da criminalidade. Existem, no entanto, exceções para essas conclusões, como a pesquisa de Larsen (1968, *apud ibdem*: 554), que indicou haver melhor percepção entre pessoas com maior idade. No entanto a metodologia aplicada por esse pesquisador é questionável, já que apenas pessoas entre 18 e 33 anos foram contempladas.

Sobre o efeito da vitimização, resultados de pesquisas indicam em dois sentidos. O primeiro é que quando vitimizadas, indivíduos tendem a perceber a polícia de forma mais negativa, seja porque responsabilizam os policiais por essa vitimização, seja por causa simplesmente do contato tido com os policiais, que não souberam fazer o atendimento de forma adequada. Outras pesquisas, como a de Smith e Hawkins (1968, *apud ibdem*: 554), no entanto, mostram não haver nenhuma relação aparente entre a vitimização e a percepção sobre a polícia.

A revisão da literatura internacional acerca da percepção da polícia, sobretudo com o auxílio do artigo de Broun e Benedict (2002), parece demonstrar que, apesar de ser esse um objeto tradicional, com já várias pesquisas realizadas, sobretudo nos EUA, são raras as dimensões desse problema que em alguma medida evoluíram no sentido de colocar resultados mais bem estabelecidos, que se destacassem dentro outros, e que assim contribuíssem no sentido de melhor entender essa percepção. São muitas as pesquisas, com as mais diversas metodologias e que, apesar de, ao menos de forma aparente, tratam do mesmo tema, chegam a conclusões distintas, muitas vezes até opostas.

Com uma abordagem muito crítica, um dos trabalhos que se destacam no Brasil a respeito da percepção sobre a polícia e o artigo de Nanci Cardia, denominado “O Medo da Polícia e as graves violações dos direitos humanos”. Mais voltada ao sentimento de medo frente a polícia, a autora desenvolve o argumento de que, por consequência de anos de repressão ditatória, bem como do uso arbitrário desse sentimento enquanto uma forma objetiva de controle social, mesmo em meados dos anos 80, quando aparentemente as classes média e média alta pareciam não mais ter muito o que temer, as classes baixas, desassistidas e assoladas por problemas ligados a delinquência, permaneciam não apenas mal atendidas pela polícia, como também era, perseguidas por ela. Havia não apenas uma carência no que diz respeito a garantia dos direitos, como também excessos na coerção policial.

A partir de dados de uma pesquisa publicada em 1996, pela *Folha de São Paulo*, e de entrevistas realizadas pelo NEV (Núcleo de Estudos da Violência), Cardia mostra que a população paulista e carioca, de forma geral, possui uma imagem muito negativa da polícia, não havendo distinção entre a PC e a PM no que se refere a essa avaliação. Dentre os adjetivos dados pelos entrevistados à polícia, estão o de ineficiente, despreparada, corrupta, violenta, desestruturada, discriminatória e tantos outros, que aqui não cabe listar. Além disso, foi também diagnosticado que, seguindo um critério de nível sócio-econômico, pessoas de classes mais altas tendem a ser mais bem tratadas e atendidas do que outras, que não dispõem de tantos recursos. Apesar disso, essa diferença de tratamento não parece satisfazer membros da elite, já que esses permanecem inseguros

sabendo que outros, indivíduos da mesma cidade, são tão mau tratados e por razões consideradas ilegítimas.

São então, para essa autora, três as grandes fontes da avaliação negativa frente a polícia: a percepção de ineficiência no trabalho, a continuidade de violência e arbitrariedade na ação policial e a falta de controle da sociedade sobre essa ação. Esses três fatores, além de prejudicarem muitas dimensões do trabalho da polícia, como o registro de ocorrência, o apoio da população em operações e a relação entre polícia e comunidade, também acabam por provocar um estado de medo, que só tende a contribuir no sentido de permanecer a polícia afastada dos ideais democráticos.

Para o caso da PM em Minas Geraí em específico, se destaca o trabalho Karina Marinho (2002, p.41), que argumenta que a concepção das funções esperadas à Polícia Militar vêm sofrendo uma transição.

“as atividades policiais relativas à manutenção da ordem, além de constituir em parte fundamental da missão das organizações policiais, não se esgotam na estrita aplicação da lei. A essa função acrescenta-se a resolução de problemas da comunidade, que se desloca para a centralidade da missão policial, área antes ocupada pelo atendimento rápido às chamadas dos cidadãos, numa perspectiva mais reativa do que proativa. A essência do policiamento orientado para problemas, assim, está na busca das condições passíveis de gerar crimes, condições que se desenvolvem dentro de áreas geográficas predeterminadas, e na consideração do fato de que os indivíduos fazem escolhas com base nas oportunidades apresentadas pelas características físicas e sociais das diferentes regiões. Finalmente, a negociação de conflitos no contexto das comunidades faz com que o envolvimento dos cidadãos passe a ser considerado como de suma importância para a consecução das atividades policiais”

Ainda de acordo com esta autora, este processo está tomando a forma do que ela chamou de “Policiamento Comunitário”, sendo que este vem, com o tempo, tomando formas institucionalizadas e produzindo efeitos significativos nas organizações policiais.

Nos termos da percepção da comunidade, a partir do ponto de vista da questão do tratamento e abordagem da PMMG para com a população do estado, o policiamento comunitário é uma iniciativa que visa um controle mais preventivo e pró-ativo da polícia

(em oposição a repressão exclusiva aliada a ação reativa, de ligações de emergência), que melhoraria as condições de segurança da comunidade, mas abrindo mão de determinados custos que teriam de ser arcados no caso do uso do policiamento tradicional, como o maior uso da força física e a relação de oposição entre polícia e comunidade. Essa oposição é relevante até mesmo na questão da formação de identidade, tanto da comunidade, que se sente perseguida e oprimida, quanto da polícia, que acaba se tornando uma organização progressivamente mais discriminatória. Nesse sentido assim, o policiamento comunitário, como uma nova forma de organização e atuação, acabaria levando a uma melhora de tratamento que, por conseguinte, afeta a percepção sobre a polícia pela comunidade atendida.

3 – Objetivo e Hipóteses

3.1 Objetivo

O objetivo do presente trabalho é o de diagnosticar, a partir de alguns indicadores apresentados a seguir, qual a percepção da população de Belo Horizonte acerca da Polícia Militar atuante nesse município, bem como identificar se determinadas variáveis, dentre as apontados pela bibliografia nacional e internacional, tem significância no sentido de influenciar essa percepção.

3.2 – Hipóteses

1. Características sócio-econômicas dos indivíduos influenciam a percepção desses acerca da Polícia Militar
2. Eventos de vitimização têm efeito sobre a percepção acerca da polícia.
3. O tratamento recebido pelos cidadãos de Belo Horizonte dos agentes da PM exerce influência sobre a percepção acerca da corporação.

4 – Fonte de Dados

A fim de responder às perguntas de pesquisa propostas, foram feitas, de início, análises de dados secundários provenientes do banco do Survey de Vitimização de Belo Horizonte, realizada pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG) em 2006. Apesar de não ter sido uma pesquisa especificamente elaborada a esse fim, existe nela uma bateria de questões relativamente extensa, que engloba variáveis sobre percepções e opiniões do pesquisado com relação a polícia, bem como atitudes tomadas por ele em relação a polícia em diversas situações.

O que foi realizado a partir dessa base de dados foi a construção de uma variável dependente, que mensurasse a percepção dos entrevistados sobre a polícia a partir de um índice. A partir dessa então foram realizados testes estatísticos de modo a identificar se variáveis de vitimização, de características sócio-econômicas e de vitimização do entrevistado por parte da polícia implicavam em alguma variação significativa na variável dependente construída. O melhor detalhamento dessas variáveis, bem como da metodologia aplicada se apresenta a seguir.

5 – Metodologia e Variáveis

5.1 – Variável Dependente

Dentro do banco de dados consultados, apesar de existirem muitas variáveis que se remetem a uma opinião do entrevistado frente a polícia, ou a alguma ação que este toma frente a ele, foram apenas três as identificadas que podem ser colocadas de forma consistente enquanto uma percepção acerca da polícia enquanto corporação:

- 1) Grau de confiança percebida da atuação da PM na vizinhança.
- 2) Grau de eficiência para resolução de problemas de violência na vizinhança percebida na PM.
- 3) Grau de preparo percebido na PM.

Outras variáveis poderiam ser, talvez, contempladas entre essas a fim de mensurar essa percepção, no entanto, problemas de ordem analítica (apresentados a seguir) contribuíram para a restrição da análise a partir dos três indicadores apresentados. Além disso, não essa seleção, apesar de restringir a percepção apenas à variáveis de confiança, eficiência e preparo, não compromete a análise como um todo ao ignorar outras dimensões desse constructo.

Ocorre que, a fim de analisar a percepção sobre a polícia não como apenas fatores isolados, mas enquanto um constructo, uma forma de identificar em várias dimensões, foi realizada uma Análise Fatorial, que consiste na construção de uma nova variável, uma espécie de índice, que é fruto da correlação de seus componentes. Especificamente para esse estudo, o uso dessa técnica é justificado pelo fato de as respostas nessas variáveis para a maior parte dos entrevistados ter sido muito coerente, do ponto de vista de homogeneidade entre essas três variáveis. Assim, a análise fatorial possibilitaria agregar as respostas expressas nas três respostas em apenas uma, mais consistente e equivalente a uma noção de percepção, que englobaria vários fatores.

A restrição, no entanto, apenas dessas três variáveis para a construção do fator foi uma decisão tendo por base duas questões fundamentais. A primeira é que, apesar de existirem outras variáveis que poderiam ser interpretadas enquanto “percepção”, a adição das mesmas no fator não adicionaria muito em sua consistência, haja visto que a tendência vista entre as repostas foi muito homogênea entre os entrevistadores, ou seja, se ele apresenta uma percepção negativa em uma variável, tende a manter esse mesmo padrão ao responder as outras questões. Além disso, ao realizar uma análise fatorial ocorre que se alguma das variáveis que irão compor esse fator, por alguma razão qualquer, não tiver sido respondida, resulta em um valor inválido (missing) no fator produzido no final. Ou seja, a tendência é que, quanto maior o número de variáveis que compõe o fator, maior o número de casos perdidos na análise. Para o caso dessa pesquisa, das 5938 pessoas entrevistadas no *survey*, 2012 não puderam ter sido contempladas nesta análise por não terem respondido a uma das questões que compuseram o fator⁴. A escolha das variáveis então foi também uma questão de bom senso.

⁴ Por conta da própria execução da análise fatorial, aqueles entrevistados que não escolheram como resposta nenhuma daquelas oferecidas pelo questionário em qualquer um das três questões que compuseram o fator tiveram de ser excluídos da análise. Não há, no entanto,

Abaixo, o resultado da análise fatorial:

Tabela 1 - Matrix de Componentes do Fator de Percepção Sobre a Polícia

Variável	Componente 1
Grau de confiança do entrevistado na atuação da PM na vizinhança	,859
Grau de eficiência da PM na vizinhança do entrevistado para resolver problemas de violência	,879
Grau de preparo da PM, na opinião do entrevistado	,820

A tabela acima mostra o grau de correlação existente entre cada um dos componentes da nova variável criada, ou seja, o fator, e a variável que o compôs. Essa correlação é representada a partir de um índice (na parte esquerda da tabela), que varia de 0 a 1, em que quanto mais próximo de 1, maior a correlação entre essa variável e o fator. A partir da tabela então, é possível se afirmar que o fator criado é consistente com todas as variáveis que o compuseram.

Essa nova variável criada a partir dessa análise é representada a partir de um *score*, que varia de forma proporcional a junção de todas as outras respostas que compuseram esse fator, para cada uma dos indivíduos que fizeram parte da pesquisa. Essa variável com os *scores* de cada um dos indivíduos foi então aquela produzida de modo a servir como variável dependente.

A fim de simplificar a análise e a interpretação dos resultados foram realizadas operações matemáticas de modo a alterar a escala dessa nova variável, oriunda do fator, para outra, que varia entre 0 e 100. Para esse caso em específico, o valor 0 significa que o entrevistado não confia na polícia, acredita que ela seja nada eficiente e que é completamente despreparada, ao passo que o valor 100 representa que o entrevistado tem a melhor a percepção possível dentre as opções de resposta oferecidas, em todas as questões. Abaixo uma descrição da variável resultante:

perda demasiada para análise já que não parece haver nenhuma razão sistemática entre os entrevistados para que algumas das questões não fossem respondidas, o que mantém a aleatoriedade da amostra.

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas do Índice de Percepção sobre a Polícia

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Índice de percepção sobre a polícia (0 a 100)	3926	,00	100,00	53,8214	26,50712
N Válido	3926				

A partir dessa variável então, a idéia fundamental deste trabalho é testar se algumas variáveis tradicionalmente associadas à percepção sobre a polícia exercem ou não tal efeito para Belo Horizonte em específico, já que é esta a área atingida pelo *survey* consultado. Resta então listar quais são essas variáveis.

5.2 – Variáveis Independentes

As variáveis independentes, para os objetivos específicos deste trabalho, são aquelas que se pretende testar o efeito sobre o índice de percepção sobre a polícia, explicado anteriormente.

A escolha dessas se baseou basicamente em outros artigos e trabalhos que se remeteram a mesma temática, e que discutiram em algum momento fatores que tem ou não influência na forma da população ver a polícia. Apesar disso, por não se tratar de um *survey* especificamente voltado à percepção da polícia, algumas variáveis cujo teste também seria interessante não puderam ter sido contempladas nessa monografia, haja visto que não foi possível encontrar uma equivalente dentro da fonte de dados usada. Basicamente o que foi possível e produtivo de se testar, a partir dos dados, foi o efeito de variáveis sócio-econômicas, de variáveis de vitimização individual, bem como as de vitimização por parte da polícia.

As seguintes variáveis serão analisadas:

1) Variáveis Socioeconômicas

Idade

Cor/raça

Escolaridade

Local de Moradia

Renda

2) Variáveis de Vitimização

Foi vítima de furto

Foi vítima de roubo

Foi vítima de agressão sexual

Foi vítima de agressão física

3) Variáveis de vitimização por parte da PM

Alguém da residência já foi vítima da PM sem ter dado motivo

Alguém da residência foi vítima de extorsão pela PM

O formato e operacionalização de cada uma das variáveis listadas acima será melhor descrita posteriormente, junto aos resultados e análises de cada uma delas.

5.3 – Metodologia

Em primeiro lugar, há de se ressaltar que não se trata o trabalho que tem por objetivo explicar as origens da percepção da população sobre a polícia, com seus diversos elementos e relações de causalidade. Tentativas nesse sentido até foram realizadas, mas limitações de ordem metodológica, bem como a ausência de referências mais consistentes no Brasil, quanto mais em Belo Horizonte, acerca de modelos dessa natureza fizeram dessa uma tarefa demasiado onerosa frente às intenções aqui colocadas.

O que se propõe é, então, a tentativa exclusiva de testar se existe ou não diferenças com significância estatística entre a percepção sobre a polícia de determinados grupos de pessoas, criados a partir das variáveis listadas anteriormente. Não é então aqui o objetivo saber se a idade, ou raça, ou a vitimização causam uma determinada percepção sobre a polícia, o que implicaria em modelos mais complexos e uma maior elaboração teórica, mas sim de saber se os grupos categorizados a partir desses elementos possuem

uma percepção distinta sobre a polícia, percepção essa operacionalizada aqui a partir do índice produzido. Deve-se deixar claro, no entanto, que trabalhos futuros com o fim de inferir as causas dessa percepção em muito seriam proveitosos, e que o trabalho aqui desenvolvido em muito pode colaborar nesse sentido.

A partir então do objetivo proposto, inúmeros instrumentos estatísticos foram aplicados a fim de identificar a existência (ou não) dessas diferenças, cada qual de acordo com a natureza das variáveis a serem relacionadas. São esses: o teste t para diferença de médias de amostras independentes, a análise de variância (ANOVA) a partir do teste F, o teste Post Hoc de Bonferroni e a análise de correlação de Pearson.

Descrevendo-os de forma bastante resumida: os três primeiros testes citados podem ser enquadrados dentro dos chamados testes de diferença de médias. Nestes, o objetivo é basicamente testar se há ou não diferença entre o índice de percepção sobre a polícia entre dois ou mais grupos, por exemplo, entre pessoas de bairros e favelas. O Teste T é recomendado quando se quer comparar a média para apenas dois grupos, já o Teste F consiste em uma análise de variância que compara homogeneidades de distribuições. Usaremos do Teste F para testar diferenças do índice gerado em variáveis que tenham mais de duas categorias. Já o teste Post Hoc de Bonferroni é um complemento do Teste F em que se compara a média de cada um dos grupos em separado, de forma a fazer vários testes T para comparar as médias entre pares de categorias.

A análise de correlação de Pearson já entra em outra categoria de testes que não o teste de médias. Ela é basicamente a comparação da distribuição de duas variáveis postas em um plano cartesiano (X; Y). Seu uso se faz necessário apenas em casos em que iremos testar se existe correlação entre duas variáveis numéricas, como nosso índice e os anos de estudo.

Fica claro então, sobretudo a partir da descrição dos testes, que se trata de um trabalho essencialmente quantitativo. Sem dúvida que essa é sim uma forma de se trabalhar esse objeto, mas não deve ser, no entanto, interpretada como a única. A título de exemplo, a pesquisa apresentada por Cardia no artigo anteriormente descrito estuda a percepção sobre a polícia a partir do uso de entrevistas, com resultados muito produtivos. A aplicação então desse método, sobretudo aliado aos resultados quantitativos em muito

pode vir a contribuir para maior explicação e complementação dos resultados encontrados, apesar de não ser esse aqui o foco desse trabalho.

6 – Resultados

6.1 – Variáveis Socioeconômicas

Tradicionalmente variáveis sócio-econômicas são usadas para explicar muitos fenômenos nas ciências sociais, e a revisão teórica apresentada mostra que isso não é diferente para a percepção sobre a polícia. As tabelas e resultados abaixo se remeterão então às variáveis dessa natureza encontradas tanto nessa revisão, quanto na fonte de dados pesquisada.

Tabela 4 – Diferença entre as médias do Índice de Percepção por Cor / raça

(I) Cor / raça do entrevistado	(J) Cor / raça do entrevistado	Mean Difference (I-J)	Sig.
Branco	Preto	2,62092	0,461
	Pardo	1,45021	1,000

A tabela acima indica que, entre brancos, pretos, pardos e amarelos, são os brancos que têm, na média, o melhor score no índice de percepção sobre a polícia. Apesar disso, é mais notório o fato de que a diferença entre as médias desses vários grupos raciais ser, no máximo 2,6 pontos em uma escala que varia de 0 a 100, o que então, indicado pelo próprio valor da significância do teste (sig. maior do que 0,05), evidencia a falta de efeito significativo da cor/ raça na percepção sobre a polícia.

Esse resultado, apesar de controverso, não é exclusivo desse trabalho. Como visto anteriormente, também Cao, Frank e Cullen (1996) argumentaram não ser exatamente a raça fator determinante sobre a percepção, mas sim fatores ligados a vizinhança e sua organização. No entanto, distinto do que aqui foi encontrado, eles encontram sim efeito da raça, mas apenas argumentaram ser ele derivado da vizinhança. De toda forma, seria então produtivo também analisar a questão posta por eles.

Foi criada uma variável que, a partir do local de moradia declarado por cada entrevistado, discriminava-os entre bairros e favelas.

Tabela 5 – Diferença entre as médias do Índice de Percepção por Local de Moradia

	Local de Moradia	N	Média	Diferença entre as médias	Sig. Da Diferença
Índice de percepção sobre a polícia (0 a 100)	bairro	1.733	54,8035	3,48	0,003
	favela	734	51,3141	3,48	0,003

O que indica a tabela acima é que de fato moradores de bairros, na média, possuem melhor percepção da polícia, e que inclusive essa é significativa do ponto de vista estatístico (sig. menor do que 0,05). Para esse teste, no entanto, (e também para alguns outros que virão a seguir), sobretudo por conta do alto tamanho da amostra, sugere-se ignorar o valor dessa significância e tomar a análise exclusivamente a partir da diferença real entre as médias do índice de percepção entre bairros e favelas. Nesse caso, ela é de apenas 3,48 pontos em uma escala de 100. Apesar então de ser significativa (do ponto de vista estatístico), ela não é significativa para que se afirme com consistência uma real distinção entre a percepção sobre a polícia de moradores de bairros e favelas.

Tabela 6 – Correlação de Pearson entre Percepção sobre a Polícia com Idade e Anos de Escolaridade

		Idade	Tempo de estudo
Índice de percepção sobre a polícia (0 a 100)	Correlação de Pearson	,237(**)	-0,020
	Sig. (Bicaudal)	0,000	0,250
	N	3.924	3.474

No que se refere a tempo de estudo do entrevistado (mensurado em anos), o índice de correlação de Pearson indica que quanto mais escolarizado era um entrevistado, pior era sua percepção da polícia, mas que elas se alteram tão pouco, uma em relação a outra, que nem é possível inferir essa pequena relação encontrada na amostra para população de Belo Horizonte como um todo. Há de então de se argumentar sobre a independência relativa entre esses dois elementos.

Já com relação a variável de idade, essa foi a única, dentre todas as contrapostas com o índice de percepção sobre a polícia, que de fato aparentou ter um efeito significativo na variação do mesmo. Ao que indica a correlação de Pearson, quanto mais velhos são os indivíduos, melhor eles tendem a perceber a polícia, em um grau bastante significativa tanto do ponto de vista estatístico (sig. do teste menor que 0,01), quanto no de valores absolutos, como mostra o grau da correlação. Esse resultado é inclusive compatível ao de outros revisados por Brown e Benedict (2002), que mostram haver quase um consenso entre as pesquisas no que se refere ao efeito presente dessa variável sobre a percepção.

É curioso então que, dentre todos os quatro elementos testados, apenas a idade aparenta apresentar um efeito efetivamente alto e significativo na percepção sobre a polícia. Podia-se argumentar aqui que esses resultados são fruto de problemas nos dados, mas não parece ser esse aqui o caso. Em todos os testes estatísticos realizados na dimensão sócio-econômica da análise, o que foi encontrado não foram resultados divergentes, incompatíveis entre si e que de alguma forma se apresentassem de forma inconsistente. Exatamente o contrário, o que se mostrou foi a existência de um padrão de inexistência de variação das médias a partir de determinadas variáveis, (e não uma variação inconsistente ou incoerente) o que corrobora para validação dos resultados encontrados. Além disso, a própria presença de efeito da variável idade, quase que consensual entre as pesquisas consultadas, indica também no sentido dessa validação. Resta agora, então, a partir do contexto de Belo Horizonte, tentar explicar o que foi encontrado nessa análise. Uma tentativa nesse sentido será tentada mais adiante, na conclusão.

6.2 – Variáveis de Vitimização

Uma das principais funções atribuídas a polícia é a da prevenção e combate a criminalidade. Tamanha a relevância dessa função que é exatamente ela a que caracteriza de forma mais marcante essa corporação, tanto pela população atendida quanto pelos próprios agentes policiais.

Sob certa perspectiva, pode-se afirmar que, apesar de ser sua função primordial, a polícia não consegue, e talvez não seja até mesmo nem possível que ela consiga, exercê-la com “perfeição”, de modo a anular por completo todos os eventos de vitimização ocorridos em Belo Horizonte.

Um dos principais objetivos da fonte de dados dessa pesquisa, ou seja, do *Survey* de Vitimização de 2006, foi o de mapear e dimensionar de forma mais fidedigna a real proporção da vitimização da população de Belo Horizonte. Isso se faz necessário sobretudo porque nem todos os indivíduos que se encontram vítimas de algum tipo de crime, por alguma razão qualquer, são levados a comunicá-lo em algum posto policial, de modo que os registros disponibilizados pela polícia não correspondem de forma precisa a totalidade dos crimes ocorridos. Um dos fatores pelos quais isso se faz relevante para essa pesquisa em específico, para além das análises e conclusões, também reside na qualidade dos resultados encontrados, já que os dados utilizados em muito superam os da Polícia Militar em termos de correspondência com a realidade da vitimização em Belo Horizonte.

Tabela 7 – Comparação entre a Média da Percepção sobre a Polícia entre Vitimados e Não Vitimados

Natureza	Situação	N	Média	Diferença entre Médias	Sig. Do Teste
Furto	Não Vítima	3.358	54,27	3,07	0,01
	Vítima	568	51,19		
Furto de veículo	Não Vítima	3.738	53,84	0,49	0,80
	Vítima	188	53,36		
Invasão de domicílio	Não Vítima	3.384	54,18	2,58	0,32
	Vítima	542	51,60		
Roubo	Não Vítima	3.322	54,66	5,44	0,00
	Vítima	604	49,22		
Agressão física	Não Vítima	3.904	53,84	3,99	0,48
	Vítima	22	49,86		
Geral (Qualquer)	Não Vítima	2.394	55,38	3,99	0,00
	Vítima	1.532	51,39		

As diferenças entre as médias do índice de percepção sobre a polícia entre pessoas que foram e que não foram vitimizadas indica que o efeito de variável dessa natureza

sobre a depende é, nos dados consultados, demasiado pequeno. Novamente, ao se fazer uma análise da dimensão da diferença entre as médias, para além apenas da leitura das significâncias estatísticas (muito dependentes do tamanho da amostra), observa-se que apesar de ser recorrente que pessoas não vitimizadas tenham uma percepção melhor do que aquelas que foram vítimas, a diferença entre essas médias é, de modo geral, demasiado pequena, flutuando quase sempre próximo a três pontos em uma escala de cem.

Um resultado em específico chama atenção dentre os apresentados. A incidência de roubo, frente a outras vitimizações, possui um efeito expressivamente superior sobre a percepção. Uma análise mais apurada, no entanto, mostra que 53,7% das vítimas desse tipo de crime têm entre 15 e 34 anos, o que pode ser um indicio de que o efeito é presente muito mais dependente do perfil da vitima (sobretudo a idade), do que da vitimização em si.

6.3 – Variáveis de Tratamento por Policiais Militares

O efeito de variáveis de tratamento na percepção sobre a polícia, como mostra Brown e Benedict em sua revisão, é quase que consensual, em termos de pesquisas que comprovam sua existência.

De fato, é de certa forma intuitiva que, enquanto uma instituição prestadora de serviços e intimamente relacionada com a comunidade, até mesmo pela natureza de seu trabalho, a forma com que Policiais Militares tratam e abordam seus atendidos influencia a forma como esses a percebem. Seria então também algo a se observar para Belo Horizonte.

Ocorre que, por não ter sido uma base de dados especificamente formulada para se medir percepção sobre a polícia, carecem no banco de variáveis que possam ser operacionalizadas no sentido de mensurar a questão do atendimento da polícia. No entanto, por ter sido um instrumento a fim de mensurar vitimização, também foram

contempladas no banco três questões relativas a possíveis ações negativas, nesse caso agressão, insulto e extorsão, que indivíduos poderiam ter sido vítimas por um policial.

Foi interpretado que podem ser essas sim variáveis de tratamento, mas exclusivamente desse em sua forma mais negativa, o que dificulta, mas não impede a análise desses elementos.

Tabela 8 – Comparação entre a Média da Percepção sobre a Polícia entre Vitimados e Não Vitimados pela Polícia

Natureza	Situação	N	Média	Diferença entre Médias	Sig. Do Teste
Violência Física	Não Vítima	3609	55,52	-21,27	0,00
	Vítima	314	34,25		
Agressão Verbal	Não Vítima	3505	56,03	-20,70	0,00
	Vítima	419	35,33		
Extorsão	Não Vítima	3853	54,12	-18,26	0,00
	Vítima	67	35,86		

Em concordância então com a bibliografia consultada, o efeito do tratamento da polícia sobre a população encontrado não só foi significativo do ponto de vista estatístico, como também o maior, em termos de intensidade, até aqui encontrado nos resultados. Em todas as variáveis testadas, a diferença entre a percepção de pessoas vitimizadas e das não vitimizadas pela polícia próxima a vinte pontos, dentro da escala de cem. Para além disso, a percepção média de pessoas que, por exemplo, foram vítimas de violência física é quase quarenta por cento pior do que aquelas que não foram vítimas, o que corresponde a uma proporção bastante representativa.

7 – Conclusão

A conclusão a seguir será uma tentativa de explicar um pouco os resultados encontrados. Não se trata, no entanto, de um modelo explicativo bem elaborado, com vistas a uma construção teórica, mas sim um esboço nesse sentido.

Sobre os resultados encontrados nas variáveis sócio-econômicas, duas explicações parecem plausíveis para a ausência geral de efeito, com exceção da idade, desses elementos na percepção. A primeira é que a polícia, ao tratar as pessoas, não as discrimina a partir da raça, idade, local de moradia e renda. Se trataria então de uma polícia bem mais democrática do que se espera que ela parece ser até agora, e determinados preceitos do policiamento comunitário, que em muito sim pode ter influenciado nessa percepção sobre a polícia, sobretudo em zonas urbanas mais vulneráveis, já se encontram suficientemente sedimentados para influenciar o tratamento dessa frente aos indivíduos.

A segunda explicação que poderia ser evocada e de que, apesar de tratar as pessoas de forma discriminada, uns pior do que os outros, as categorias pelas quais as pessoas percebem esse tratamento e distinta entre os vários grupos sócio-econômicos de Belo Horizonte, o que pode indicar que, mesmo sendo efetivamente abordadas de forma mais ríspida, indivíduos não percebem isso dessa forma, já que tem parâmetros comparativos diferenciados.

Essa construção simbólica do mundo é algo já evocado e analisado por inúmeros sociólogos e outros cientistas sociais ao longo do tempo. Acredita-se, no entanto, que ela tenha sido posta de forma mais produtiva para a sociologia dentro do conceito de privação relativa

“O conceito de privação relativa é particularmente útil na avaliação do valor da educação para se conseguir um status ou emprego, assim como para a aprovação ou a crítica do Exército ...Tendo níveis mais altos de aspiração que o menor instruído, o homem mais culto tinha mais a perder, em seu próprio conceito e na opinião dos seus amigos, se não conseguisse alcançar alguma espécie de status no Exército. Daí a frustração era maior para ele do que para os outros, se um objetivo que ele procurasse não fosse atingido.” (Merton, 1964:306)

Basicamente é um conceito no qual Merton coloca que são os sentimentos e expectativas de cada indivíduo são relativas ao grupo de referencia no qual se incere cada sujeito, e não absolutos. Para o tema da percepção sobre a polícia em específico, isso significaria que a minha percepção acerca do meu tratamento e dependente da percepção

que tenho do tratamento de meu vizinho, ou de pessoas que fazem parte do meu espaço social. Ocorre então que se sou medianamente tratado em um ambiente em que todos são muito mal tratados, pode ser que minha percepção seja melhor do que de pessoas que são apenas bem tratadas, em um ambiente que a polícia aborda a todos muito bem.

Observa-se então que não só para esse trabalho, como também a qualquer pesquisa que visa avaliar alguma percepção, o conceito de privação relativa se faz muito útil para explicar inexistência de variação de uma determinada variável entre determinados grupos onde era ela esperada tanto pela teoria quanto pelo próprio pesquisador. Como Merton explicita, é algo distinto ser desigual do que se sentir desigual.

Sobre a vitimização, a pequena diferença existente entre essas pessoas que sofreram e que não sofreram algum tipo de crime pode também evidenciar alguns fatores. A fim de explicar esse fenômeno, acredita-se ser plausível afirmar que as pessoas, apesar de reconhecerem ser a segurança uma função fundamental da polícia, não atribuem a ela a total responsabilidade sobre os eventos de vitimização ocorridos em Belo Horizonte. É até mesmo curioso, sobre a vitimização, que alguns eventos criminais, do ponto de vista de grande parte da sociedade, são postos muitas vezes como muito mais de responsabilidade da vítima, “descuidada”, do que da polícia ou do autor propriamente dito. Alguém que foi roubado no trânsito, por certo que muitas vezes escutou que aquilo foi culpa dele mesmo, por não ter fechado os vidros no sinal.

Por fim, as variáveis de vitimização por parte da polícia, que foram usadas enquanto um parâmetro para se medir comportamento, mostram que de fato pessoas que sofreram algum tipo de evento dessa natureza acabam por perceber a polícia de forma bem mais negativa. O problema aqui reside no fato de que, apesar de serem variáveis de tratamento, os parâmetros usados demonstram apenas esse na sua forma mais radicalmente negativa, sendo assim difícil, apenas a partir deles, se inferir de forma mais precisa o efeito das abordagens policiais, do tratamento do dia a dia, na percepção das pessoas sobre a corporação. Outra fonte de dados seria necessária para atingir esse objetivo de forma mais precisa, com variáveis que tratassem especificamente desse tema ou a partir de um *survey*, ou mesmo outra metodologia como entrevistas, que possibilitassem um levantamento especificamente voltado para temática da percepção sobre a polícia.

8 – Referências Bibliográficas

BAYLEY, D.H. *Padrões de Policiamento – Uma Análise Comparativa Internacional*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, NEV, 2001.

BELLMAN, A. *A Police Service Rating Scale*. In.: *Journal of Criminal Law and Criminology*, vol. 26; 1935.

BOURDIEU, P. *As Regras da Arte: gênese e estrutura do campo literário*, Lisboa: Presença, 1996

BROWN, Bem; BENEDICT, Reed. *Perception of the Police: Past finds, methodological issue, conceptual issue, and policy implications*. In *Policing: An International Journal of Police Strategies and Manager*. Vol. 25, 2002

CAO, L., FRANK, J. e CULLEN, F.T. *Race, Community context, and confidence in Police*. In.: *American Journal of Police*, Vol. 15, 1996.

CARDIA, Nancy. *O Medo da Polícia e as graves violações dos direitos humanos*. In: *Tempo Social*, 1997.

IVKOVIC, Sanja; *A Comparative Study of Public Support for the Police*. In: *International Criminal Justice Review* 2008

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou, Materia, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 3a ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. xix, 419p.

MARINHO, Karina R. L. *Mudanças organizacionais na implementação do policiamento comunitário*. Belo Horizonte: UFMG (Dissertação de mestrado do Departamento de Sociologia e Antropologia), 2002.

MERTON, Robert K. *Estrutura social e anomia* In: *Sociologia; teoria e estrutura*. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1968.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Ed. UnB, 1991